



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No âmbito das atribuições que historicamente sempre lhe foram conferidas, o Ministério da Agricultura foi em todas as ocasiões encarado como o garante da estabilidade, acompanhamento e segurança de todos os agricultores portugueses, não apenas quando os mesmo se depararam com problemas, ansiedades, dificuldades ou carências, mas, e sobretudo, no prevenir e responder a essa conjuntura.

Neste âmbito, dentro do espectro de auxílios destinados à actividade agrícola, a PAC - Política Agrícola Comum, pela dimensão de ajudas que atribui a Portugal, segue sendo instrumento económico e financeiro indispensável à continuidade da viabilidade do sector agrícola nacional, circunstância que exige, da parte dos governantes, em especial de quem tutela a pasta da agricultura, uma competência e conhecimento profundo dos dossiers a que respeite, não só para negociação externa da dimensão das verbas a alocar a Portugal, bem como ao seu bom e atempado recebimento e assertiva distribuição.

Da articulação de todas estas rubricas depende a viabilidade, sucesso e vitalidade do sector agrícola nacional.

Pese embora as considerações anteriores, ao momento em que nos encontramos nada do que foi anteriormente elencado se verifica. O ministério da agricultura continua apático, sem conseguir garantir aos agricultores portugueses o acompanhamento que tão bem merecem, a ausência de estratégia política acentua-se e torna-se nessa medida, confrangedoramente evidente e notória, e culmina agora, conforme noticiado, com a Sra. Ministra da Agricultura a admitir que, e cita-se, "tanto quanto possível", verificar-se-á um adiamento das candidaturas às ajudas da Política Agrícola Comum.

Pelo noticiado nos mais variados meios de comunicação nacional, em iniciativa ocorrida no Fundão, várias foram as considerações tecidas pela Sra. Ministra sobre esta matéria, devendo

salientar-se a admissão saudável, mas tardia, de que, e cita-se uma vez mais “nem tudo tem sido perfeito”, ao mesmo tempo em que procurou assegurar que os atrasos a verificar, mesmo ocorrendo, em nada colidiriam ou colocariam em causa os pagamentos esperados no próximo mês de outubro, circunstância que urge compreender se é ou não, de facto, verdade.

A agora noticiada necessidade de proceder ao adiamento dos prazos inerentes às candidaturas às ajudas da PAC, é apenas o triste, mas avisado fim de uma novela há muito adivinhada, consubstanciando-se assim, com este anúncio, que uma vez mais, a Sra. Ministra da Agricultura e Alimentação pareceu querer empurrar com a barriga todo este sufoco.

A admissão de necessidade de adiamento a que agora fazemos reporte, e que já se considerou saudável, mas tardia, é-o desde logo porque nas audições regimentais a que a Sra. Ministra se submeteu na Assembleia da República, perante os receios dos deputados sobre a possibilidade de nos podermos vir a encontrar no cenário em que nos encontramos, sempre assegurou que tudo estava a correr bem no respeitante às candidaturas ou tão somente não respondeu aos alertas e questões colocadas.

Tudo isto, ainda que ao mesmo tempo, no Portugal real, várias tenham sido as associações e confederações agrícolas a chamar a atenção para o verdadeiro caos em que se encontravam as candidaturas, sobretudo pela iminência de muitos agricultores poderem vir a ficar fora da sua atempada aceitação, e algumas forças políticas, nomeadamente o Chega, terem igualmente alertado que iríamos chegar a este ponto, e que nessa medida os adiamentos iriam mesmo acontecer.

A exemplo, em audiência acontecida no passado dia 07 de março de 2023, a propósito do processo de implementação do PEPAC e consequências das novas orientações de política no território, o deputado Pedro Frazão, do Chega, manifestou-se preocupado quanto à falta de conhecimento atempado da regulamentação em causa pela sua tardia publicação, salientando que apesar de Portugal ter sido o primeiro a apresentar o PEPAC em Bruxelas, depois “ não conseguiu reproduzir as regulamentações em tempo célere”.

Neste âmbito, acrescentou ainda que “as regulamentações foram publicadas muito pouco tempo antes do início das candidaturas que foi agora dia 1 de março, portanto muitos agricultores e muitas confederações se queixaram de não ter tido o conhecimento atempado dessas mesmas regulamentações”.

Indo mesmo mais longe, acentuando o toque dos sinos a rebate, o deputado Pedro Frazão considerou ainda que “o envelope financeiro nacional para este PEPAC é superior a 6.8 mil milhões de euros, ou seja, é duas vezes mais o que o Estado português gastou na TAP, portanto, é muito dinheiro, e é importante que este dinheiro, entre o período de 23 e 27 seja de facto bem executado e chegue de facto a quem precisa dele”.

Já nessa mesma audiência, e perante a ausência de respostas cabais às considerações tecidas, o deputado do Chega Pedro Frazão voltou a insistir, asseverando que, “o que se diz neste sector, senhora ministra, é que este PEPAC 23/27 tem mais medidas, tem menos apoios e aumentou a burocracia das exigências. De facto, o PEPAC esteve em vigor durante dois meses, janeiro e fevereiro, mas na parte relativa aos pagamentos directos, faltava publicar os regulamentos que definiam a sua execução em Portugal, o que gerou um enorme descontentamento e caos em todo o sector agrícola”, terminando adiante, alertando para que “o que também se diz, senhora ministra, é que o PEPAC baixa o rendimento aos agricultores, já,

este ano, em 2023, e portanto, o que é dito por todas as confederações e pelo sector, contraria em toda a linha e em toda a medida a narrativa socialista”.

Pois bem, os agricultores e o sector agrícola falaram, não obtiveram respostas cabais, o deputado do Chega, Pedro Frazão, alertou, não obteve quaisquer respostas, que as haja agora, porque de facto, perante o cenário limite presente, as mesmas tornam-se já imperiosas, para lá de tardias, a bem da viabilidade da agricultura nacional.

Neste sentido, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, solicitam à Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação, por intermédio de V. Excelência, esclarecimento quanto às seguintes questões:

- 1 – Quais as causas concretas que conduzem à necessidade de se proceder ao adiamento de prazo de candidaturas às ajudas da PAC – Política Agrícola Comum?
- 2 – Quantas candidaturas foram até ao presente momento apresentadas?
- 3 – Quantas candidaturas foram até ao momento validadas?
- 4 – Quantas são as candidaturas recebidas e ainda não tramitadas?
- 5 – Qual o universo de agricultores que pelos atrasos verificados nas candidaturas existentes, correm o risco de ficar de fora das ajudas em causa?
- 6 – Está o Ministério da Agricultura em condições de assegurar que o adiamento das candidaturas agora em causa, nunca, em circunstância alguma, sob qualquer pretexto, colocará em causa os pagamentos a efectuar aos agricultores portugueses, já no próximo mês de outubro ou em qualquer outra data?
- 7 – Caso falhe algum pagamento, um que seja, a senhora ministra, demite-se?

Palácio de São Bento, 1 de junho de 2023

Deputado(a)s

ANDRÉ VENTURA(CH)

BRUNO NUNES(CH)

DIOGO PACHECO DE AMORIM(CH)

FILIPE MELO(CH)

GABRIEL MITHÁ RIBEIRO(CH)

JORGE GALVEIAS(CH)

PEDRO DOS SANTOS FRAZÃO(CH)

PEDRO PESSANHA(CH)

PEDRO PINTO(CH)

RITA MATIAS(CH)

RUI AFONSO(CH)

RUI PAULO SOUSA(CH)